

(Des)Estímulos às teorias, conceitos e práticas **da educação**

Américo Junior Nunes da Silva
Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2021

(Des)Estímulos às

teorias, conceitos e práticas

da educação

Américo Junior Nunes da Silva
Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

(Des)Estímulos às teorias, conceitos e práticas da educação

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D452 (Des)Estímulos às teorias, conceitos e práticas da educação / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-348-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.481210208>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Silva Filho, Valdemiro Carlos dos Santos (Organizador). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re) pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “**(Des)Estímulos às Teorias, Conceitos e Práticas da Educação**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re)pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que fazem parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestras, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva
Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho

SUMÁRIO


CAPÍTULO 1..... 1

A INCLUSÃO EDUCACIONAL COMO DESAFIO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Gilmara Miketchen

Ana Flavia Hansel


Marcelo Naputano

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4812102081>

CAPÍTULO 2..... 19

COMUNIDADE, SOCIEDADE E RECIPROCIDADE


Filipa Canavarro de Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4812102082>

CAPÍTULO 3..... 33

ARTES INTEGRADAS: ENSINO DE ARTE E INTERDISCIPLINARIDADE

Aline Folly Faria


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4812102083>

CAPÍTULO 4..... 46

DOCÊNCIA COM BEBÊS EM PRÁTICAS DE LEITURA: MEDIAÇÃO DO(A) PROFESSOR(A) E CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO LITERÁRIA DA CRIANÇA

Tacyana Karla Gomes Ramos

Rafaely Karolynne do Nascimento Campos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4812102084>

CAPÍTULO 5..... 55

ENSINANDO COORDENADAS CARTESIANAS COM UM JOGO DIDÁTICO: EXPERIÊNCIA COM ALUNOS DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO

Joyce Carolina Trombini

Natiele de Almeida Gonzaga


Alessandra Querino da Silva

Luciano Antonio de Oliveira

Denise Pasternak

Dihellen Thayze Moreira Cubas

Angela Rosa Ceolin Farias

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4812102085>

CAPÍTULO 6..... 63

ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE INOVAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFETS) DA REGIÃO NORDESTE: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO


Viviane Peneluca Amorim

André Luis Rocha de Souza

Érica Ferreira Marques

Ana Rita Fonseca Ferreira

Evelin Reis da Hora

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4812102086>

CAPÍTULO 7..... 92


DEMOCRACIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE, DA CONTESTAÇÃO ÀS NOVAS FORMAS DE SE RELACIONAR COM O CAPITALISMO: O PAPEL DA EDUCAÇÃO

Raimunda Maria da Cunha Ribeiro

Karina Souza Rocha

Luana Cristina Aguiar Louzeiro Sousa

Isabel Cristina Gomes Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4812102087>


CAPÍTULO 8..... 106

FLORES E FRUTOS DE UM BAOBÁ: A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Miriam Nogueira Duque Villar

Ana Rosa Costa Picanço Moreira

Maria Rosana do Rêgo e Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4812102088>

CAPÍTULO 9..... 116

EFEITOS DE SENTIDO QUE PERMEIAM O MANUAL DO PROFESSOR DO LIVRO DIDÁTICO DA EJA

Marcos Geandro Silva Ribeiro

Silvane Aparecida de Freitas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4812102089>


CAPÍTULO 10..... 129

MATERIAIS CONCRETOS E O ENSINO DE ÂNGULOS

Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho

Keidna Cristiane Oliveira Souza

Américo Junior Nunes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020810>

CAPÍTULO 11..... 145

A IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC EM RONDÔNIA: EM FOCO A FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS

Diléia da Silva Brun Scatamburlo

Simone Aparecida Navarro da Cruz






Márcia Regina de Souza Silva


Edre Almeida Corrêa

Nídia Estelita de Souza Ribeiro

Eliana Alves Pereira Leite

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020811>


| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 12..... | 165 |
| VIOLAÇÃO AO DIREITO À EDUCAÇÃO DOS POVOS DO CAMPO NO BRASIL Elias Canuto Brandão  https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020812 | |
| CAPÍTULO 13..... | 178 |
| A UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS AUTORAIS DIGITAIS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DA TECNODOCÊNCIA Luciana de Lima Robson Carlos Loureiro Gabriela Teles  https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020813 | |
| CAPÍTULO 14..... | 190 |
| PROTAGONISMO JUVENIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE COMO O PERFIL SOCIOCULTURAL INFLUÊNCIA NO SUCESSO ESCOLAR ESTUDANTIL Jeferson de Menezes Souza Aline Almeida Lima André Santos Landim Cinara Rejane Viana Oliveira Jaciará Pinheiro de Souza Joniene Pereira Bispo dos Santos Maria de Fátima Santana de Souza Guerra Maria Janiclécia de Santana Sales Murilo de Jesus Porto Vanessa Cristina de Almeida Viana Welde Natan Borges de Santana  https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020814 | |
| CAPÍTULO 15..... | 204 |
| BRINQUEDO UTILIZADO EM TERAPIA PARA ESTÍMULO DA ATIVIDADE DE VIDA DIÁRIA E IDENTIFICAÇÃO DAS EXPRESSÕES DA CRIANÇA ESPECTRO AUTISTA Anita Teresa Duarte do Bonfim  https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020815 | |
| CAPÍTULO 16..... | 224 |
| A RELAÇÃO ENTRE ENSINO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DO CAMPO EM PUBLICAÇÕES: UM RETRATO Rafael Santos de Aquino Raí de Amorim Freire  https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020816 | |
| CAPÍTULO 17..... | 240 |
| O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA Déborah Nogueira Araújo e Pio Vanderlei Balbino da Costa | |

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020817>

CAPÍTULO 18.....250

PRÁTICAS PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS: QUANTIFICAÇÃO DE GÁS CARBONICO (C-CO₂) DO SOLO ATRAVÉS DE ENSAIO DE RESPIROMETRIA


Gerônimo Rodrigues Prado
Jussara Navarini

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020818>

CAPÍTULO 19.....254

EL PODER DE LA DETERMINACIÓN: EL PROCESO CONSTITUYENTE DE LA UNIFICACIÓN HUMANA EN LA PEDAGOGÍA DE LA ESPERANZA DE PAULO FREIRE


Jorge Hernán Betancourt-Cadavid
Sandra Liliana Yepes Villa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020819>

CAPÍTULO 20.....269

EM BUSCA DA PROMOÇÃO DE UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NO CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA UTILIZANDO COMO FERRAMENTA UM AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM


Rosa Maria da Silva
Taciana da Silva Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020820>

CAPÍTULO 21.....279

A PRÁTICA PEDAGÓGICA E OS FATORES QUE DIFICULTAM OU IMPEDEM A FELICIDADE DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA


Elisângela Rodrigues Furtado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020821>

CAPÍTULO 22.....291

ULTIMATE FRISBEE COMO PRÁTICA ALTERNATIVA PARA O LAZER NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: A EXPERIÊNCIA NO PIBID/UEFS


Edson Leão dos Santos
Marise Reis Valois Coelho
Evódio Maurício Oliveira Ramos




 <https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020822>

CAPÍTULO 23.....301

CONTRIBUIÇÕES DOS PAYAYÁ PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE UTINGA/BA: OS IMPACTOS DO MAIP NO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Ana Cleide Santos de Souza
Jumara Teodoro da Silva
Itã Teodoro da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020823>

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 24..... | 311 |
| A IDEAÇÃO DE UM PARQUE INCLUSIVO POR MEIO DA CULTURA MAKER E PROGRAMAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA | |
| Maria Eduarda Ribeiro Galdino Shayane Ferreira dos Santos Luzia Alves de Carvalho Anna Luisa Nascimento Ferreira Edenice Petronilha Rinaldi Barbosa Leite Fernanda Gonçalves Ribeiro Neto | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020824 | |
| CAPÍTULO 25..... | 322 |
| A MÚSICA NO DESENVOLVIMENTO DO PORTADOR DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA(TEA) | |
| Miris C. Parazzi Folster Wana Carcagnolo Narval Cillo | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020825 | |
| CAPÍTULO 26..... | 333 |
| EFEITOS DO TREINAMENTO DE FORÇA NA MATUREZAÇÃO BIOLÓGICA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA | |
| Fabrcia da Silva de Oliveira Leandro de Oliveira Sant'Ana Fabiana Rodrigues Scartoni | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.48121020826 | |
| SOBRE OS ORGANIZADORES | 344 |
| ÍNDICE REMISSIVO..... | 345 |

VIOLAÇÃO AO DIREITO À EDUCAÇÃO DOS POVOS DO CAMPO NO BRASIL

Data de aceite: 27/07/2021

Elias Canuto Brandão

Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR;
Colegiado de Pedagogia e Grupo de Estudos
e Pesquisas em Educação na Diversidade do
Campo (GESPEDIC)
Paranavaí-PR
<http://lattes.cnpq.br/0224334447996878>

RESUMO: Discutirei neste estudo a violação do direito às políticas educacionais para os povos do campo causado pelo Estado brasileiro, ocorrida de diferentes formas. Entre as formas encontra-se a falta de apoio direto e financiamentos a assentados e pequenos agricultores, resultando no fechamento de escolas no campo e na saída – êxodo – do homem do campo e na concentração das terras em mãos de latifundiários. O fechamento de escolas teve consequência: transporte escolar das crianças, adolescentes, jovens e adultos para escolas centralizadas nas cidades. A consequência não foi um acaso, e sim resultado de uma política de governo com visão elitista e neoliberal sobre a educação para os povos do campo, olhando o campo e os camponeses como atrasados, não priorizando políticas educacionais onde residiam, levando os camponeses a situações degradantes na educação, sobrevivência e produção, sucumbindo-os. Na parte final, apresentamos uma investida de fechamento de uma escola do campo em 2021. Para o estudo, utilizamos o método materialismo histórico dialético, oportunizando-nos fazer a crítica ao

modelo social e político vigente no Brasil a partir do direito à Educação no campo.

PALAVRAS-CHAVE: Direito a educação. Povos do Campo. Políticas educacionais.

VIOLATION OF THE RIGHT TO EDUCATION OF THE PEOPLES OF THE COUNTRYSIDE IN BRAZIL

ABSTRACT: I will discuss in this study the violation of the right to educational policies for the peoples of the field caused by the Brazilian State, which occurred in different ways. These include the lack of direct support and financing for settlers and small farmers, resulting in the closing of field schools and the exodus of countrymen leaving the concentration of land in the landowner's hands. The closing of rural schools leads to the move of kids, teenagers, young, and adults to more centralized schools in urban areas. This consequence was not a random incident, but the result of government politics with an elitist and neoliberal over education for peasants, seen them and the field as undeveloped, not prioritizing educational politics where peasants live, taking them to degrade situations in education, survival, and production, causing them to succumb. In the final part, we present a closing on of a country school in 2021. For this study, it was used the dialectical historical materialism method, which allowed the critique of the social-political method in effect in Brazil from the right to education in the countryside.

KEYWORDS: Right to education. Country peoples. Educational policies.

1 | INTRODUÇÃO

A violação ao direito à educação junto às comunidades que residem no campo tem sido uma investida sem precedente dos governos a partir de 1970, sobretudo dos governos municipais por meio de diferentes ações: dificuldade de acesso a financiamentos; abandono na conservação de estradas rurais e pontes sobre rios. Tais ações prejudicaram os pequenos agricultores, e atualmente prejudica também os trabalhadores rurais dos assentamentos da reforma agrária, por meio do fechamento de escolas no campo, resultando no desaparecimento de milhares de comunidades, com consequências na concentração de terras.

Fechou-se escolas e as substituíram pelo transporte escolar de crianças, adolescentes, jovens e adultos para estudarem em escolas centralizadas nas cidades ou distritos. As práticas indicam uma visão elitista-neoliberal do Estado brasileiro sobre a educação, que olhavam e olham o campo e os camponeses como atrasados, não priorizando políticas educacionais e agrícolas. A centralização da educação nas cidades levou o campo e os pequenos agricultores às piores situações de sobrevivência e produção, sucumbindo-os.

As práticas elitizadas-neoliberais marginaliza o campo e os camponeses que continuam no campo resistindo, não os respeitando como produtores de conhecimento. Lembramos que o campo para o camponês é espaço de produção, negócios, liberdade, vida, ecologia, agroecologia, relações sociais e políticas. Fechar escola no campo ou do campo é matar uma comunidade, é violar o direito a educação e impedir o direito de produzir, sonhar, negociar, criar e transformar, transformando-se.

Na visão do Estado e dos latifundiários, o campo é espaço a ser concentrado e transformado em agronegócio e agroindústria. Veem o campo do camponês e do pequeno agricultor como atraso, espaço fadado ao fracasso e ao desaparecimento. A partir desta visão retrógrada por parte daqueles que se sentem dominadores e que veem o espaço-campo unicamente para especulação, exploração, negócio, extrativismo, devendo ser concentrado para produção em alta escala, visando a exportação, dá-se os ataques a milhares de famílias, começando pela educação, pelo fechamento da escola no campo.

Assim, este estudo percorrerá criticamente as concepções elitistas-neoliberais, pois violam o direito humano a educação, saúde, trabalho/produção e financiamentos públicos voltados para os camponeses, desrespeitando os sujeitos do campo como protagonistas na história do Brasil. Exemplo: quando os pequenos agricultores necessitam de recursos e recorrem aos bancos e ao Estado brasileiro, estes condicionam financiamentos para plantio às hipotecas de bens móveis (terra) e até imóveis. Quando os latifundiários e empresários buscam financiamentos ou empréstimos bancários, além das facilidades e tratamentos diferenciados, seus bens nem sempre são hipotecados da mesma forma. Pior, quando estes, de posse do financiamento se declaram em crise, obtêm perdão da dívida contraída

ou negociam junto aos bancos públicos e privados. Tais acontecimentos evidenciam tratamentos diferenciados, injustos e imorais.

Destaco de antemão que artifícios dos latifundiários e por que não de integrantes dos governos é desvalorizar o trabalhador do campo com estereótipos pejorativos, criando no imaginário social que o trabalhador do campo é “rude”, “burro”, “atrasado”. Consequências: parte dos que residem nas cidades passam a estampar tais pré-conceitos em festas juninas, julinas e danças “caipiras” com roupas rasgadas, rostos pintados e gestos corporais inadequados, com um agravante, tendo a cobertura e apoio de escolas e educadores que não fazem uma autocrítica dos motivos das festas, contribuindo indiretamente com os pré-conceitos.

Outro agravante é criar no imaginário das crianças do campo que estudam nas cidades a ideia e concepções de que a cidade é melhor para viver e trabalhar, induzindo-as de forma indireta que o campo é ruim. Diante do exposto, aprofundemos a leitura e a discussão.

2 | O DIREITO A EDUCAÇÃO

Para o agricultor camponês – não o latifundiário – o direito a educação está ligado ao direito de produzir, e assim, sobre a terra buscam produzir alimentos e conhecimento agroecológico. Mas não como gostariam, pois lhes faltam condições reais de investimento e apoio do Estado. Esta constatação nos leva a Marx (1983), quando no século XIX observava o quanto o capitalista era sacana e usurpador, usando o trabalhador e manipulando as informações e os instrumentos de produção da época a seu favor e interesse, o que não é diferente do capitalista do século XXI.

Não muito diferente, na contemporaneidade o homem do campo é tratado pejorativamente como “coisa” e explorado ao máximo pelo capitalista (entenda-se: o Estado, o banco, o cooperativa, a associação...), constituindo como disse Marx (1983, p. 34) “a encarnação física do trabalho acumulado para servir de capital” e o trabalhador camponês continua explorado na cadeia produtiva não como produtor, mas como objeto passível de descarte – ele, sua terra e a escola.

Como antecipou Arroyo, Caldart e Molina (2011, p. 10):

A escola no meio rural passou a ser tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente, à população do campo foi negado o acesso aos avanços obtidos nas duas últimas décadas no reconhecimento e garantia do direito à educação básica.

Deste ponto de discussão, caso os povos do campo não se organizem e projetem coletivamente métodos e técnicas de enfrentamento contra o capital/capitalista, assim como contra o trabalho da forma como está configurado, a tendência é o desaparecimento homeopático, sobretudo pelo fato dos povos do campo não terem capital e tempo de

organização, mas somente a força de trabalho e vontade de se organizar e lutar, o que não é suficiente para diante do modelo econômico e político globalizado, onde o latifundiário e o Estado – de mãos dadas – agem na ótica do desenvolvimento em alta escala, visando a concentração do capital, da terra, da indústria, do comércio e da tecnologia. Por isto as investidas intencionais e planejadas sobre as organizações e movimentos sociais do campo (criminalização), ameaçando-os, perseguindo-os e desestruturando-os.

O direito a educação onde a demanda se encontra – no campo – não tem sido respeitado como direito garantido na Constituição do Brasil (BRASIL, 1988, art. 205) e reafirmado na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB –, Lei nº 9394/1996 (BRASIL, 1996, art. 28), confirmado no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), no Plano Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 2007) e consignados pelo Brasil ao assinar a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DIREITOS HUMANOS, 1948, art. 26) em 1948.

Educação não é dádiva ou favor do Estado, é obrigação. Mas tratando-se da Educação para os povos do campo, a Educação do Campo¹, somente tem sido respeitado quando pressionado pela sociedade e os movimentos sociais do campo, pressionando o Estado brasileiro em manter abertas escolas nas áreas rurais, reabrindo onde há demandas.

Segundo Soares (2001), a Constituição transforma o “direito de todos e, dever do Estado” em,

[...] direito público subjetivo, independentemente dos cidadãos residirem nas áreas urbanas ou rurais. [...] Assim sendo, apesar de não se referir direta e especificamente ao ensino rural no corpo da Carta, possibilitou às Constituições Estaduais e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - o tratamento da educação rural no âmbito do direito à igualdade e do respeito às diferenças. (SOARES, 2001, p. 10).

Destacamos que a disparidade na aplicação do direito à educação no Brasil fez prevalecer os ideais liberais e neoliberais na Constituição, nos planos educacionais e na LDB, tratando os povos do campo e das cidades como se fossem iguais, quando não são, e por isto não se deve fechar escolas do campo que funcionam em assentamentos, vilas rurais, patrimônios e distritos, pois a finalidade destas é garantir o acesso à escola, à educação, ao conhecimento e à cultura. De acordo com o Plano Nacional de Direitos Humanos, não se deve fechar porque,

[...] a escola é local de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação e de consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, de constituição de

1 Educação do Campo significa escola no campo, onde as crianças e seus pais residem e produzem. Onde a comunidade se encontra. Significa uma escola com metodologias, didáticas e práticas que nos conteúdos estudados, discutem a realidade dos camponeses, daqueles que não fogem à luta. Como escreveu Caldart (2012, p. 261): “A Educação do Campo, como prática social ainda em processo de constituição histórica, tem algumas características que podem ser destacadas para identificar, em síntese, sua novidade ou a ‘consciência de mudança’ que seu nome expressa: Constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação [...]; Assume a dimensão de pressão coletiva por políticas públicas [...]; Combina luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território [...]”.

sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas (BRASIL, 2007, p. 31).

Assim, a escola, precisa ser respeitada e ter as condições físicas e humanas para funcionamento. O Estado precisa respeitar educadores, educandos e a comunidade parte da escola.

Para se evitar a violação do direito a educação, ou seja, o fechamento de escolas do campo e escolas no campo, o Congresso Nacional aprovou e incluiu um Parágrafo Único junto ao art. 28 da LDB 9394/1996, visando dificultar o fechamento de escolas nas áreas rurais pelos municípios e estados:

O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014) (BRASIL, 2014, art. 28).

Desta forma, estudar nas escolas no campo, mesmo que não sejam escolas do campo, tem as vantagens da relação direta com a natureza e a geografia, podendo pesquisar e analisar a natureza, o relevo, matas, montanhas, plantações e o clima regional nas disciplinas de geografia e ciências biológicas. Nas demais disciplinas de história, matemática, química, física ou inglês, estudar os animais, a produção, vendas dos produtos, o financiamento nos bancos e as políticas públicas, assim como as políticas educacionais, as relações sociais, a ideologia e a dominação do capital sobre o trabalho e o trabalhador.

Esta diversidade de possibilidades de estudo e conhecimento, também poderiam ser explorados nas escolas das cidades, mas a metodologia dos livros didáticos e paradidáticos são pensadas para direcionar educador e educando a não enxergar para além dos conteúdos, manipulando-os. Esta provocação é tão evidente que parte considerável das crianças, adolescentes e jovens das cidades imaginam que leite, ovos, arroz, feijão, café, milho e amendoim dão em embalagens; que frutas e verduras dão em glândulas de mercado. Falta noção de que a produção é proveniente do campo.

Na educação nas escolas em áreas camponesas, protagonizado pela Educação do Campo, pois as crianças tem uma relação direta com o que se é produzido e estudado no campo, devendo avançar para além dos conteúdos dos livros didáticos. Avançar nas discussões sobre o modelo de “desenvolvimento” capital e trabalho defendido pelo Estado burguês, assim como discutir a concentração da terra, o pseudodesenvolvimento das cidades, o uso dos agrotóxicos, tecnologia e produção em alta escala. Neste sentido,

O campo é concebido como espaço social com vida, identidade cultural própria e práticas compartilhadas, socializadas por aqueles que ali vivem.

Os povos extrativistas, as reservas indígenas, as comunidades quilombolas, os assentamentos rurais, bem como as comunidades envolvidas com o desenvolvimento local, expressam a força dessa identidade cultural e as diferentes demandas sociais (EMBRATEL, 2009, p. 32).

Possibilitar que o direito a educação não seja violado é possibilitar que o educador assumisse-se “como sujeito [...] do saber” e “se convença definitivamente de que ensinar não é *transferir conhecimento*, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 25), não utilizando o educando como coisa e objeto do conhecimento.

Esta consciência político educacional do educador é a que dá suporte à Educação do Campo que surgiu no final da década de 1990 quando da realização do I Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), em 1997 (CALDART, 2007) e da I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, em 1998, reconhecida pelo Conselho Nacional de Educação, em 2001, com o Parecer nº 36/2001, da conselheira Edla de Araújo Lira Soares (SOARES, 2001), e homologado em 2002 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Doravante a Educação do Campo avançou possibilitando que educadores e educandos desenvolvessem conhecimentos a partir de questionamentos políticos, sociais e filosóficos, com estudos e diálogos discutindo a realidade social, política, econômica e cultural, aprofundando, por meio de “[...] uma pedagogia que respeite a cultura e a identidade dos povos do campo; tempos, ciclos da natureza, mística da terra, valorização do trabalho, festas populares [...]” (KOLLING, NERY & MOLINA, 1999, p. 93-94). O diálogo é na prática uma pedagogia horizontal, onde educador e educando dialogam, trocam olhares, questionam e se questionam, caminham juntos. Por esta prática educativa, educandos e educadores adquirem consciência crítica a partir da práxis, politizando-se a partir do estudo e discussões dos problemas da comunidade, do município, da região, do estado, da nação, do continente e o contexto global.

Quando uma escola que se intitula “do Campo” e não inclui a discussão de sua realidade no conteúdo das aulas, ficando presa unicamente aos livros didáticos, sem interagir a teoria com a prática, não é Educação do Campo, e sim educação rural ou educação escolar no campo.

A gênese da Educação do Campo começa com as ocupações de terra pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desde a primeira ocupação no Rio Grande do Sul, em 1979 (MST, 1986). Intensificam-se devido o desrespeito e violação do direito a educação no decorrer das décadas de 1980 e 1990, e das investidas das gestões municipais e estaduais em fechar escolas no campo e em não possibilitar que educadores se deslocassem para áreas rurais para lecionar nas escolas de assentamento e ocupações, sendo um marco na luta dos movimentos sociais “por uma educação básica do campo”, realizando encontros de formação para dar corpo à Educação do Campo enquanto direito, vez que já havia experiências. Como palestrou Arroyo (1999, p. 19), de que “[...] práticas educativas inovadoras [...] já acontecem na educação de adultos, nas escolas família agrícola, na educação infantil, na escola dos assentamentos, na formação de professores [...]”, complementando na mesma palestra falar encontros para “entender quais são as

matrizes dessa nova Educação Básica do Campo, que já está acontecendo”.

Para o feito da educação em escolas nos assentamentos e acampamentos, os acampados com algum conhecimento se tornaram educadores populares e reinventaram a educação utilizando técnicas e métodos a partir da realidade: lutas, assassinatos, inundações, perseguições, ameaças, medos, coragem, lotes, plantio, negociação, organização, comercialização.

As práticas e reinvenções contribuíram para com a criação e organização do Setor de Educação do MST, e tempos depois foi organizado a “articulação e coordenação nacional tanto das lutas como das formulações político-pedagógicas”, contribuindo com “proposta de educação para as áreas de reforma agrária [...]” (CALDART & KOLLING, 1997, p. 224).

As práticas políticas pedagógicas deram vida às primeiras escolas chamadas de itinerantes e emergências (GREIN & GEHRKE, 2008), desenvolvendo uma pedagogia educacional que possibilitasse a aprendizagem a partir dos problemas concretos vividos pela comunidade acampada.

É na concepção da educação como direito humano que foi construída de forma problematizadora, não bancária, nem domesticadora, mas por meio do diálogo (FREIRE, 1981), questionando a realidade, o homem, o sistema, o modelo de sociedade, a concentração da terra por latifundiários.

O ensino nas escolas que, de fato praticam a Educação do Campo, busca ultrapassar a concepção liberal ensinada nas escolas convencionais, trabalhando na práxis a realidade social, contribuindo para o desenvolvimento da consciência social e política dos camponeses.

As aulas em uma escola que de fato pratica Educação do Campo não deve se tornar monótonas. Nelas se deve praticar o diálogo, analisar a conjuntura e a estrutura da sociedade capitalista, discutir a realidade local, regional, nacional e global, procurar trabalhar o Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC), a teoria e a prática, a maiêutica de Sócrates e a dialética de Marx, não fugindo aos debates políticos e críticos da realidade social e econômica para além das fronteiras. Os educadores e educandos de uma escola do campo deve utilizar a criatividade explorando e analisando o que a natureza dispõe. Caso não tenha esta prática, não é escola ou Educação do Campo. É educação tradicional/convencional, urbana/rural que apenas alteraram a nomenclatura incluindo a terminologia “do campo” sem que de fato sejam do campo ou pratiquem Educação do Campo.

Mas por que falamos tanto na Educação do Campo? Por ter surgido com a violação do direito a educação por parte do Estado ao abandonar os povos do campo, transportando as crianças na maioria das vezes em péssimos meios de transporte, sem a menor preocupação com a situação delas, com os prejuízos na aprendizagem e no desenvolvimento sócio psicológico e emocional.

3 I DIREITO ATACADO – COMUNIDADE ORGANIZADA

No momento do fechamento deste capítulo, são incontáveis as investidas que ocorrem Brasil adentro. No Paraná, onde desenvolvemos este estudo está ocorrendo uma tentativa para o fechamento da Escola do Campo de Santa Maria, no distrito do município de Alto Paraná-PR.

A comunidade, ao tomar conhecimento no início de 2021 de que o prefeito pretendia fechar a Escola, visando transportar as crianças para uma Escola Municipal do distrito de Maristela, distante 18km da escola do Campo de Santa Maria, buscou informações junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação na Diversidade do Campo (GESPEDIC), da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), que junto com a Articulação Paranaense por uma Educação do Campo (APEC), orientou sobre os procedimentos para evitar o fechamento, assim como encaminhou as razões para que escolas do campo não sejam fechadas. Descrever este ataque à educação, crianças, pais e professores que se tornou público, tendo sido judicializado, ajudará centenas ou milhares de escolas Brasil adentro a se organizarem a lutarem pelo direito a educação.

Dez razões para não fechar escolas no Campo:

1 As crianças, adolescentes, jovens e idosos do campo, têm o direito à educação no lugar onde vivem, tendo acesso aos conhecimentos produzidos socialmente pela humanidade.

2 Os povos do campo têm o direito à escola com as condições físicas e pedagógicas adequadas. Cabe aos gestores públicos garantir uma escola de qualidade.

3 A escola do campo valoriza a história, o jeito de viver e produzir a vida pelos trabalhadores do campo e desenvolve o ensino, partindo desta realidade e tem como referência valores como o cuidado com a terra e com a vida.

4 A escola do campo, estando próxima às casas dos camponeses e agricultores familiares, dá condições aos pais e mães acompanharem a educação dos seus filhos(as), participando das reuniões, assembleias e das atividades festivas, propondo e definindo o futuro da educação.

5 Estudar próximo da residência diminui a evasão escolar. O transporte em grandes distâncias, com estradas ruins, submete os estudantes a situações de risco.

6 A escola do campo, faz parte da comunidade camponesa, tornando-se um espaço de encontro das gerações.

7 A aprendizagem perpassa por um bom acompanhamento aos educandos(as), possibilitando trabalhar as dificuldades e as necessidades de aprendizagem de todos e de cada um.

8 Nas escolas da cidade, os estudantes do campo perdem a referência de comunidade e identidade do campo. São inseridos numa cultura, que considera o campo lugar do atraso, sendo desmotivados pela distância e discriminação.

9 A superlotação nas salas de aula/escolas, compromete a aprendizagem

e as relações de convivência. “Dificultar a aprendizagem é negar o direito a educação”.

10 Por lei, mesmo as escolas do campo com poucos estudantes, são viáveis, mediante outras formas de organização como: agrupamentos por idades, por nível de conhecimento, em dias inteiros de aula e alternados (APEC, 2015, p. 5).

Além das razões, orientou-se a comunidade sobre procedimentos a se adotar para evitar a cessação da escola:

1 Organizar uma assembleia geral: reunir a comunidade escolar, responsáveis pela educação município e do estado), para uma assembleia na escola para discutir sobre esse fato. Se possível convide órgãos da imprensa, representantes de Movimentos Sociais e Universidades próximas, Articulação Paranaense por uma Educação do Campo na sua região. Nesta assembleia elaborar dois documentos:

Documento 1: Uma Ata com a decisão da comunidade, justificando o porquê não pode fechar a escola, todos devem assiná-la;

Documento 02: Organizar um abaixo assinado, solicitando a permanência da turma, turno e escola. Todos os presentes devem assinar (estudantes, comunidade, autoridades, representantes dos Movimentos Sociais e Universidades). Se houver tempo hábil, estender a lista para outras pessoas da comunidade que não compareceram à assembleia.

2 Organizar uma comissão com a representação dos pais, mães, educandos, lideranças e professores para encaminhar os documentos ao Ministério Público e à Secretaria Municipal de educação e/ou Núcleo Regional de Educação.

3 Encaminhar os documentos para o Ministério Público: a ata e o abaixo assinado devem ser protocolados, oficializando a denúncia.

4 Solicitar uma reunião com a promotoria pública e fazer a denúncia pessoalmente. Atenção! É importante levar uma cópia de todos os documentos, bem como, guardar uma cópia na comunidade.

5 Fazer reunião com vereadores, Secretaria Municipal de Educação e/ou Núcleo Regional de Educação e apresentar os documentos (ata e abaixo assinado) solicitando revisão do encaminhamento de fechamento da escola.

6 Fazer a divulgação na imprensa local: as discussões da comunidade devem ser divulgadas na imprensa local (rádio e jornal) e em outros ambientes para que se possa ter o apoio amplo da sociedade.

[...]

Lembramos que não é o número de educandos(as) que garante a manutenção das escolas do campo, isso depende muito mais da organização e união comunitária.

A comunidade escolar se mobilizou, juntou documentos e acionou o Ministério Público (MP), por meio da Promotoria de Justiça da Comarca de Alto Paraná, que emitiu a “RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 02/2021 – Procedimento Administrativo nº MPPR-0002.21.000036-6”, onde deixou evidente em alguns considerandos:

[...] que a educação é um direito público subjetivo de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, nos termos do artigo 205 e 208 da Constituição Federal e artigo 53 da Lei nº 8.069/1990;

[...]

[...] que toda criança e adolescente tem direito à educação, **cabendo ao Estado assegurar-lhes o acesso à escola pública e gratuita mais próxima de sua residência**, nos termos do artigo 53, inciso V, da Lei nº 8.069/1990 e artigo 4º, inciso X, da Lei nº 9.394/1996;

[...]

[...] que, nos exatos termos do artigo 28, *caput*, da Lei nº 9.394/1996, na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino deverão promover as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região;

[...]

[...] que a decisão de fechamento das escolas do campo foi tomada unilateralmente pelo Município de Alto Paraná, sem que houvesse a análise do impacto sociocultural da medida e o amplo debate com a comunidade escolar;

[...]

[...] que, *“comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade”*, nos termos do artigo 5º, § 4º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2021, pp. 1-5).

Na mesma recomendação administrativa, adiantou que o Prefeito do Município e a Secretária Municipal de Educação:

Abstenham-se de praticar qualquer ato administrativo que promova o fechamento da Escola Estadual do Campo de Santa Maria ou de qualquer outra escola rural do município de Alto Paraná, sob pena da propositura das medidas judiciais cabíveis para a cassação do ato (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2021, p. 6).

Na sequência, o MP acionou a Justiça, que em decisão liminar decidiu:

[...] presente os requisitos da tutela de urgência contidos no art. 300, do CPC, quais sejam, a probabilidade do direito pleiteado, vislumbrado pela inobservância da lei que rege o assunto, e o perigo de dano da demora e risco ao resultado útil do processo da Escola Municipal do Campo Cristiano Barbon, o deferimento do pleito é medida que se impõe.

3. Ante o exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, com lastro nas informações trazidas pelo Ministério Público e documentos que acompanham a inicial, **concedo o pedido de antecipação de tutela** para determinar que:

3.1. O Município de Alto Paraná **cesse** imediatamente toda e qualquer medida destinada ao fechamento da Escola Municipal do Campo Cristiano Barbon, sob pena de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que recairá na

pessoa do Prefeito Municipal, Sr. Claudemir Joia Pereira.

3.2. O Estado do Paraná **se abstenha** de prosseguir com eventual processo administrativo instaurado, por provocação do Município de Alto Paraná, para avaliar pedido de cessação voluntária das atividades da Escola Municipal do Campo Cristiano Barbon, até o desfecho da presente demanda (PROJUDI, 2021, pp. 5-6).

O feito das ações demonstram claramente que o direito a educação onde as crianças residem podem e devem ser perseguidos pelas comunidades, mais ainda as comunidades rurais, pequenos agricultores, arrendatários, quilombolas, indígenas, assentados, acampados, ilhéus, ribeirinhos, extrativistas, seringueiros, entre outros.

O direito a educação é inviolável e está garantido na Constituição da República (BRASIL, 1988) e na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e as comunidades precisam se articular, organizar-se, lutar e acionar o Ministério Público com subsídios que garanta a continuidade da escola no campo onde as populações do campo estiverem: na vila, distrito, colônia, assentamento... Escola é vida. Fechar escola é crime contra a Educação. Comunidade sem escola, definha-se.

4 | CONSIDERAÇÕES

O estudo buscou evidenciar que educação é um direito inviolável e que toda comunidade precisa estar atenta aos comportamentos dos governantes locais, estaduais e federal, pois a violação ao direito a educação no campo tem sido uma investida sem precedente dos governos a partir de 1970, continuado no decorrer do século XXI.

O fechamento das escolas no campo tem sido metas de infinitos governantes e no lugar, impõem o transporte escolar das crianças, sem medirem as consequências e impactos psicológicos, morais e sociais às crianças e seus familiares.

Historicizamos o surgimento da educação enquanto direito garantido na Constituição e LDB, deixando evidente que violar o direito a educação e fechar escola é crime.

Evidenciamos que as comunidades precisam resistir a fechamento de escola a partir de organizações próprias, acionando o Ministério Público, como fez a comunidade de Santa Maria, município de Alto Paraná-PR. O Ministério Público, compreendendo o direito a educação, agirá dentro da Lei e do direito acionando a justiça em defesa da educação garantida na Constituição da República (BRASIL, 1988), na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e no Plano Nacional da Educação (BRASIL, 2014).

REFERÊNCIAS

APEC - Boletim da Articulação Paranaense por uma Educação do Campo. **Alerta:** Escolas do campo estão sendo fechadas! Curitiba: Boletim nº 1, Julho 2015.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº 2.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs. **Por uma educação do campo**. 5. ed. – Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL, Constituição do. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF: Presidência da República – Casa Civil, s/d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucao/constitucao.htm. Acesso em: 30 mar. 2010.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, nº 9394/1996**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lldb.pdf>. Acesso em 17 nov. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Planejando a próxima década - Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE), 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 08 nov. 2015.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre educação do campo**. III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Luziânia/GO, de 2 a 5 de outubro de 2007 – Disponível em: http://www.ce.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/pdf/ii_03.pdf. Acesso em: 13 mar. 2012.

CALDART, Roseli Salete e KOLLING, Edgar Jorge. O MST e a Educação. In: **A reforma agrária e a luta do MST**. João Pedro Stédile (org.). Petrópolis: Vozes, 1997.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DIREITOS HUMANOS, **Declaração Universal**. 1948. Disponível em: http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 24 abr. 2016.

EMBRATEL (Instituto). **Pluralidade e diversidade cultural no campo**. Brasília, Nov. 2009. Disponível em: <http://www.institutoembratel.org.br/institutoembratel/arquivos/conheca.pdf> – Acesso em: 25 mar. 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 7 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 10 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GREIN, Maria Izabel e GEHRKE, Marcos. Escola itinerante no desafio da luta pela reforma agrária. In: **Itinerante: a escola dos sem terra – trajetórias e significados**. Setor de Educação (MST-PR) e Secretaria de Estado da Educação (SEED/PR) – Departamento da Diversidade – Coordenação da Educação do Campo. Curitiba: MST- PR; SEED-PR, 2008.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão e MOLINA, Mônica Castanha. **Por uma educação básica do campo** ((Memória). Brasília/DF: Fundação Universidade de Brasília, 1999.

MARX, Karl. **O capital** – Crítica da economia política. Volume I - Livro primeiro. O processo de produção do capital. Tomo 1 (Prefácios e Capítulos I a XII). São Paulo: Nova Cultural, 1983.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Construindo o caminho**. São Paulo: Salesianas, 1986.

PROJUDI – Poder Judiciário do Estado do Paraná – Comarca de Alto Paraná – Vara da Infância e da Juventude. **Autos nº 0000708-71.2021.8.16.0041**. Alto Paraná: 2021.

SOARES, Edla de Araújo Lira. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Parecer nº 36/2001. Edla de Araújo Lira Soares (Relatora). Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2001.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Altruísmo 19, 24, 25, 28, 30

Ambientes virtuais de aprendizagem 269, 270

Ângulos 129, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143

Aprendizagem significativa 43, 143, 189, 199, 203, 230, 269, 270, 272, 274, 276, 277, 278

Artes integradas 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45

Atividades de vida diária 204, 214, 215, 219

Autismo 204, 205, 206, 207, 208, 209, 212, 219, 222, 223, 323, 328, 329, 330, 331, 332

Autocrítica 167, 254, 255, 263, 265

Autodeterminação dos povos 301

B

Bebês 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54

BNCC 33, 34, 37, 38, 44, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 195, 240, 241

Brinquedo 62, 204, 206, 208, 212, 214, 218, 219, 220, 221, 222, 314, 315, 317

C

Comunidade/sociedade 19

Consciência de classe 92, 93, 94, 99, 100, 101, 102, 104

Coordenadas cartesianas 55, 57, 58, 62

Crianças 3, 12, 13, 17, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 147, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 175, 189, 196, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 215, 219, 221, 222, 223, 243, 245, 312, 313, 315, 316, 317, 323, 324, 325, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342

Currículo 1, 2, 3, 7, 13, 14, 15, 36, 37, 38, 42, 108, 114, 122, 130, 147, 148, 150, 151, 152, 154, 155, 159, 161, 164, 189, 196, 200, 227, 240, 243, 244, 246, 276, 278, 308

D

Democracia 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 268

Desenvolvimento local 89, 169, 301, 306, 308

Design inclusivo 204, 210

Determinación 254, 255, 257, 258, 260, 262, 265, 266, 267

Direito a educação 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175

Docência 10, 18, 46, 48, 49, 52, 55, 57, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187,

188, 189, 235, 271, 282, 290, 291, 292, 293, 294, 344

E

Economias diversas 19

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 71, 72, 74, 77, 78, 79, 81, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 98, 99, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 112, 114, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 196, 197, 200, 201, 202, 203, 211, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 271, 273, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 304, 305, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 320, 321, 322, 327, 332, 333, 344

Educação de jovens e adultos 116, 117, 118, 121, 122, 123, 127, 128

Educação física 279, 280, 281, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 333

Educação infantil 11, 12, 13, 17, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 106, 107, 108, 114, 145, 146, 152, 153, 154, 155, 156, 162, 170, 227, 228, 248, 287

Educação rural 168, 170, 224, 225, 227, 231, 235, 239

Ensino de arte 33, 34, 37, 44

Ensino de geometria 129

Ensino fundamental 1, 3, 8, 9, 10, 16, 17, 114, 130, 146, 149, 150, 152, 154, 155, 156, 157, 162, 196, 198, 201, 227, 228, 250, 287, 288, 299, 305, 311, 313, 344

Ensino médio 17, 55, 57, 149, 154, 156, 157, 158, 160, 180, 181, 182, 198, 200, 201, 202, 227, 228, 237, 238, 240, 250, 251, 270, 272, 291, 299, 300, 305

Estado da arte 49, 224, 225, 238, 278

F

Ferramenta pedagógica 269, 270

Força muscular 333, 334, 336, 339, 341

Formação continuada de professores 18, 146, 164

Formação de professores 1, 3, 5, 15, 16, 18, 164, 170, 235, 236, 237, 279, 289, 298, 344

Formação docente 145, 152, 155, 161, 183, 185, 188, 235, 236, 240, 294

G

Gestão 37, 74, 75, 79, 83, 86, 87, 90, 91, 97, 155, 162, 201, 227, 237, 283, 284, 301, 306, 308, 310

I

Identificação das expressões 204, 213, 219, 221

Inclusão 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 122, 124, 158, 163, 210, 215, 222, 227, 240, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 311, 319, 320, 321, 323, 328

Inclusão de surdos 240

Inclusão educacional 1, 3, 6, 7, 16

Integración 254, 255, 256, 257, 261

Interdisciplinaridade 33, 34, 44, 45, 158, 159, 162, 182, 184, 187, 188, 229

J

Jogo didático 55, 62

L

Lazer 179, 208, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 313, 326

Leitura literária 46, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 109

Literatura afro-brasileira 106

M

Maker 311, 312, 313, 316, 317, 320

Mal-estar docente 279, 280, 288

Manual do professor 116, 122, 123, 124

Materiais autorais digitais educacionais 178, 180, 187, 189

Materiais concretos 129, 130, 131, 133, 137, 142, 143

Maturação biológica 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340

Mediação docente 46, 48, 51, 52

Música 36, 38, 42, 45, 112, 113, 184, 212, 215, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 330, 331, 332

O

Origem social 190, 191, 192, 193, 194, 198, 200

P

Participação 4, 7, 37, 48, 49, 50, 54, 61, 74, 76, 79, 82, 86, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 103, 104, 105, 107, 110, 113, 139, 151, 184, 190, 191, 194, 196, 197, 199, 200, 202, 226, 229, 231, 271, 275, 279, 284, 285, 286, 296, 297, 308, 317, 318, 337

Pedagogia de la esperanza 254, 258, 259, 261, 266

Pesquisa em ensino de ciências 224, 235, 237

Pessoas com TEA 322

Pibid 55, 56, 57, 278, 291, 292, 293, 294, 344
Políticas de inovação 63, 66, 68, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 90
Políticas educacionais 165, 166, 169, 227, 248
Políticas inclusivas 240
Políticas públicas 1, 3, 6, 65, 70, 71, 168, 169, 198, 201, 202, 203, 227, 228, 236, 238, 248, 277, 301, 302, 308
Povos do campo 165, 167, 168, 170, 171, 172, 226, 228
Prática docente 4, 48, 50, 117, 122, 160, 229, 230, 236, 287, 291
Prática pedagógica 2, 3, 5, 7, 10, 14, 40, 42, 52, 126, 180, 188, 225, 279, 280, 299
Protagonismo juvenil 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203

R

Reciprocidade 19, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 50, 54, 199
Rede federal de educação profissional 63, 71, 72, 87, 89
Região Nordeste 63, 66, 71, 72, 73, 74, 77, 86
Representação 41, 62, 103, 116, 131, 173, 193, 218, 306
Revisão sistemática 190, 191, 192, 193, 200, 201, 333, 338
Robótica 311, 312, 313, 316, 319, 320
Rondônia 17, 145, 146, 147, 152, 153, 154, 155, 156, 160, 162, 164

S

Sociedade capitalista 92, 95, 96, 102, 103, 104, 117, 118, 171
Sucesso escolar 190, 191, 192, 193, 194, 195, 198, 199, 200, 202

T

Tecnologias digitais da informação e comunicação 178
Treinamento de resistência 333, 336, 338

U

Ultimate frisbee 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300

(Des)Estímulos às

teorias, conceitos e práticas

da educação



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

(Des)Estímulos às

teorias, conceitos e práticas

da educação



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021